

editorial
editorial

entrevista
interview

ágora
agora

tapete
carpet

artigo nomads
nomads paper

projetos
projects

expediente
credits

próxima v!rus
next v!rus

V!20

revista **V!RUS**
V!RUS journal

issn 2175-974x
ano 2020 year
semestre 01 semester
Julho 2020 July



NARRATIVAS À MARGEM: DESLOCAR EPISTEMES PARA UMA METODOLOGIA DO COMUM

NARRATIVES ON THE MARGINS: SHIFTING EPISTEMES FOR A METHODOLOGY OF THE COMMON

DANIELE CARON, RODRIGO ISOPPO, KATIA OLIVEIRA, GIANLUCA PERSEU

PT | EN

Daniele Caron é arquiteta e urbanista e Doutora em Urbanismo. É docente da Faculdade de Arquitetura e do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Coordena o grupo de pesquisa Margem - Laboratório de Narrativas Urbanas, onde estuda a narrativa e o comum na paisagem contemporânea. daniele.caron@ufrgs.br

Rodrigo Isoppo é Bacharel em Ciências Sociais, Mestre em Psicologia Social e Institucional e pesquisador do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. É assessor de Políticas Públicas do Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul e pesquisador do grupo de pesquisa Margem - Laboratório de Narrativas Urbanas, onde trabalha sobre estudos da subjetividade, movimentos sociais e estudos ensaísticos. minhopa@gmail.com

Katia Oliveira é arquiteta e urbanista, Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural, e pesquisadora no grupo de pesquisa Margem - Laboratório de Narrativas Urbanas, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. arkkatia@gmail.com

Gianluca Perseu é arquiteto e urbanista e pesquisador do Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, onde integra o grupo de pesquisa Margem - Laboratório de Narrativas Urbanas. gperseu@hotmail.com

Como citar esse texto: CARON, D.; ISOPPO, R. S.; OLIVEIRA, K.; PERSEU, G. M. Narrativas à margem: deslocar epistememes para uma metodologia do comum. **V!RUS**, São Carlos, n. 20, 2020. [online]. Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus20/?sec=4&item=7&lang=pt>>. Acesso em: 22 Jul. 2020.

ARTIGO SUBMETIDO EM 10 DE MARÇO DE 2020

Resumo

A conjuntura de instabilidade política, econômica e social que assola o ocidente na contemporaneidade nos convoca a discutir os pressupostos epistemológicos que agenciam a problemática urbana em sua colonialidade, apontando para a necessária ruptura de um regime de autorização discursiva que invisibiliza as narrativas situadas à margem da produção urbana hegemônica. Rever tais pressupostos implica desnaturalizar o *modus operandi* do planejamento urbano

ocidental, fazendo emergir modos de subjetivação que escapam à normatividade imposta pelo sistema patriarcal e neoliberal, e abrir caminho às práticas urbanas que recuperam o comum (DARDOT, LAVAL, 2017) como racionalidade alternativa ao capitalismo e como composição complexa das diferenças. A partir do reconhecimento da narrativa como epistemologia da experiência, a metodologia busca cartografar as narrativas historicamente apagadas e excluídas da cidade, a fim de atualizar e ampliar os limites dos métodos de pesquisa nos estudos urbanos, tendo em vista a complexidade da cidade contemporânea. A espiral da mimese de Ricoeur (1994) nos possibilita agenciar as derivas e intervenções urbanas como experiência narrada para entrever as singularidades que compõem a heterogeneidade do comum, e fazer emergir argumentos outros sobre a cidade vivida, capazes de deslocar a colonialidade do saber que ainda impera na disciplina urbanística.

Palavras-chave : Planejamento urbano, Colonialidade, Comum, Narrativa, Cartografia

1 Introdução: inquietações

A improrrogável necessidade de descolonizar os saberes na nossa contemporaneidade vem acompanhada da inquietude que as ferramentas epistemológicas e metodológicas, historicamente constituídas no ambiente acadêmico, outrora tidas como inquebrantáveis, não evitaram, até mesmo nos conduzindo para a barbárie sem precedentes do capitalismo moderno. Desse modo, a nossa racionalidade, habilidade de síntese e transformação, nos reduziram à inoperância e ao fato constrangedor de não encontrarmos alternativas para reverter seus quadros e sintomas. “É mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo” – afirmativa endossada por inúmeros intelectuais. (JAMESON, 1997; ZIZEK, 2015)¹.

O ponto cego dessa afirmação nada consoladora está na perspectiva de quem imagina, de quais dispositivos agenciam, exercitam ou engessam nossa imaginação e nossa faculdade de imaginar novas possibilidades. Já se somam muitos séculos em que a imaginação foi colonizada por uma concepção de mundo, abarcando as dimensões do tempo e do espaço. Constatamos o fato de que um modelo de pensamento² obteve êxito e infectou o mundo com sua monocultura do tempo linear³ (SOUZA SANTOS, 2006), às custas do extermínio de incontáveis outras possibilidades de afirmar o mundo. Fica evidente que há, na história despercebida do pensamento humano, uma infinita biodiversidade que coloca em dúvida a onipotência do pensamento branco ocidental.

Pensar cidades na contemporaneidade requer o reconhecimento dessas questões, não apenas como cenários ou contextos, mas como pressupostos epistemológicos que devem reorientar nossas ações na pesquisa sobre o urbano e a complexidade por eles convocada. Quando se trata de adotar outras perspectivas possíveis para a realidade urbana, é fundamental colocar em questão tudo que foi naturalizado como cidade e enquanto paisagem, para repararmos naquilo que não vingou, em quem foi deixado à margem ou foi eliminado para alavancar o planejamento urbano como ferramenta de exclusão e extermínio de determinados grupos sociais. É de responsabilidade dos operadores do conhecimento, incluindo aqui os planejadores, experimentar novas composições que disputem com as velhas e hegemônicas práticas de governar a verdade dos seres.

Este texto se constrói a partir do enunciado “questão de método”, que provoca os pesquisadores da cidade a repensar a ideia de método como caminho pré-definido a partir de um determinado conjunto de princípios. Entendemos que, para abordar a problemática urbana, é fundamental que se revejam os princípios instaurados por epistemologias de constituição colonialista, a fim de rever os modos de pesquisar e atualizá-los numa perspectiva crítica. Refletimos aqui sobre o quanto uma abertura às narrativas não hegemônicas pode deslocar essa colonialidade e o modo de pesquisar, nos convocando a pensar método em sua condição processual, aberta e inacabada.

As cidades nasceram de uma nova relação homem/natureza, decorrente da fixação e dominação humana sobre um território para nele plantar. Elas se constituíram como fruto da imaginação, do trabalho articulado de muitas pessoas (ROLNIK, 2012) e seus saberes diversificados, compartilhados na experiência da vida em comum. Contudo, desde a implantação do pensamento hegemônico, calcado na racionalização e na universalização, sedimentado na Europa do século XIX, que a produção do espaço da urbe vem sendo conduzida por uma elite de homens brancos, construtores de uma burocracia estatal política e técnica embasada no saber científico.

Em decorrência da Carta de Atenas (CIAM, 1933), manifesto que promoveu o planejamento urbano funcional/racional, separando e hierarquizando as funções da vida cotidiana moderna, propondo uma renovação de antigos centros urbanos consolidados e apontando o automóvel como a grande saída para a mobilidade, foram produzidas cidades fragmentadas, dispersas, injustas, desiguais; social e ambientalmente insustentáveis. Tais cidades são, também, reflexo de uma estrutura econômica em que a produção material é compreendida como a única chave para a prosperidade. Os corpos humanos são racializados, sexualizados, comercializados, controlados, encarcerados e transformados em peças de engrenagem de uma máquina produtora e consumidora de bens, onde a terra e os saberes, antes compartilhados, se tornaram bens patrimoniais individuais e não recursos a que todos têm direito de fruição.

Rolnik (2019) contribui com tal discussão ao alertar sobre a transformação das *paisagens para a vida* em *paisagens para a renda*. A autora discorre sobre o processo global de financeirização e sua expressão nas paisagens espetacularizadas de arquiteturas singulares que, através do planejamento urbano neoliberal, chancela inúmeros processos de remoção forçada, precarizando a vida de enormes contingentes populacionais ao redor do mundo. Remontando às utopias de intervenção nas cidades originadas no epicentro europeu ocidental como a origem mesma da disciplina urbanística, Rolnik (2019, p. 27) sublinha "o papel dessas mesmas operações de *des-re-territorialização* em sua imposição colonialista nos países da periferia do capitalismo".

O movimento incessante de reconfiguração dessas paisagens para uma suposta requalificação urbana, movidas pelo capital financeiro e repletas de signos abstratos da propriedade privada e da funcionalidade, nos convoca a repensar as matrizes político-culturais da produção urbana e reivindicar a descolonização do pensamento sobre as cidades no que se refere, principalmente, ao que sempre esteve fora e à margem das máquinas de produção capitalista (ROLNIK, 2019). A necessária crítica ao planejamento urbano e o seu papel na manutenção do *status quo* do sistema capitalista neoliberal exige um reposicionamento conceitual e metodológico dos estudos urbanos, no sentido de questionar a dicotomização público-privado que alicerça a desigualdade social e aprofunda a precarização dos territórios, fortemente marcada por elementos étnico-raciais.

Parece-nos pertinente, aqui, aproximar as discussões sobre o *comum* de Dardot e Laval (2017) como aposta em uma racionalidade alternativa ao sistema político e econômico vigente e como composição complexa das diferenças. De acordo com os autores (2017, p. 16), "o '*comum*' tornou-se um princípio efetivo de combates e movimentos que há duas décadas resistem à dinâmica do capital e conduzem a formas originais de ação e discurso", designando "um regime de práticas, lutas, instituições e pesquisas que abrem as portas para um futuro não capitalista" (DARDOT, LAVAL, 2017, p. 18).

A partir dessa nova racionalidade, que agencia questões de ordem social, cultural, política, ambiental e econômica, e que pode fornecer potência às discursividades tradicionalmente negadas e/ou apaziguadas pelo regime do capital, defendemos a narrativa como uma epistemologia capaz de acessar as múltiplas experiências *na* e *da* cidade. Operar a pesquisa do urbano a partir da narrativa é dar "[...] passagem a um caráter radicalmente singular e impessoal: um pesquisador e um mundo aptos a serem criados e a serem destruídos – mais do que serem declarados ou descobertos" (MIZOGUCHI, 2015, p. 207).

Paul Ricoeur (1994, p. 85), inclusive, relaciona *experiência* e *narrativa* ao discutir que "[...] existe entre a atividade de narrar uma história e o caráter temporal da experiência humana uma correlação que não é puramente acidental, mas apresenta uma forma de necessidade transcultural." A narrativa se constitui, então, como episteme capaz de alicerçar um caminho metodológico que assume a experiência humana como questão fundacional, abrindo a compreensão da realidade por meio da capacidade inventiva e sempre única do sujeito que narra.

Este texto tem a intenção de discutir os pressupostos epistemológicos que agenciam a problemática urbana em sua constituição colonialista e a necessária ruptura de um regime de autorização discursiva que invisibiliza as narrativas situadas à margem da produção urbana hegemônica. O agenciamento proposto diz respeito à investigação de metodologias que operam tais singularidades, assumindo-as como dispositivos de fala e escuta que, ao emergirem dos processos de apagamento dos territórios, podem reivindicar o *comum* como um plano heterogêneo que tensiona o *modus operandi* do urbanismo contemporâneo.

2 Deslocamentos epistemológicos: fissuras na colonialidade do urbano

Toda pesquisa é movida por interesses. Interesses que não podem deixar de passar por um desejo de conhecimento daquele que pesquisa. Um explorador necessita de um impulso de partida para mapear um plano, bem como um ponto a ser alcançado para orientar seu percurso. Quando se trata de uma pesquisa acadêmica, Michel Foucault (1998) reconhece que é possível distinguir duas formas de obstinação que move o

filósofo: aquela que busca um acúmulo complementar de conhecimento a partir do que já sabe, e aquela “que permite [o filósofo] separar-se de si mesmo” (1998, p. 13), como alguém à deriva em um deserto.

Na primeira, o pesquisador emerge, de forma mais previsível, em um labirinto pré-fabricado⁴ pelas tecnologias de poder/saber. Guiado pelo que julga ser um caminho mais confortável, busca apenas superar os obstáculos externos e, forte, heroico, quantitativamente satisfeito e premiado de legitimidade, encontrar a saída. O desafio sobre o qual nos debruçamos enquanto laboratório de pesquisa se assemelha ao segundo caso: vagar por um deserto, ao invés de um labirinto pré-fabricado. Um deserto que promova “tanto quanto possível, o descaminho daquele que conhece” (FOUCAULT, 1998, p. 13). Em um deserto, não há ponto de partida, opções de rota, obstáculos externos. Há, sim, um sujeito que deve se deslocar internamente, descobrir que sua sobrevivência depende da obstinação em se despir do que sempre soube, se tornando outro na medida em que o deserto demandar.

O grupo de pesquisa Margem_Laboratório de Narrativas Urbanas, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, vem cartografando a cidade de Porto Alegre em parceria com movimentos sociais que têm como pauta o direito à cidade. O objetivo dessa prática investigativa é acessar às narrativas cotidianas que constituem a paisagem urbana, daqueles que configuram modos de existência apagados, negados e/ou negligenciados pelas políticas de planejamento urbano. Tendo em vista a preocupante agenda neoliberal que opera a cidade como mercadoria e um Estado que deveria proteger seu patrimônio, seus habitantes e seus serviços públicos, sendo geridos por especuladores movidos pela desmedida acumulação de poder econômico, nossas cidades padecem e agonizam.

As grandes cidades latino-americanas contemporâneas são, ao mesmo tempo, causa e resultado do processo civilizatório imperialista europeu (SOUZA SANTOS, 2006), que, desde o início, se dedicou a expandir sua cultura e converteu os diferentes povos à sua cosmovisão, à sua metafísica, a fim de favorecer seu domínio e exploração. Para sustentar esse projeto, os Estados europeus sofisticaram suas tecnologias de poder a fim de garantir a soberania sobre a vida e a morte dessas populações. Foi sobre isso que Michel Foucault (2005) se debruçou em seu curso ministrado no *Collège de France*, intitulado “Em defesa da sociedade”. Para ele, a estratégia soberana do capitalismo moderno se encontra no que ele chama de “*continuum* biológico da espécie humana” (FOUCAULT, 2005, p. 305), no qual o poder, a grosso modo, opera com vistas a estabelecer o domínio biológico de uma raça em relação a outra, deflagrando, no interior da população, uma guerra ou um extermínio de diversos grupos sociais que perdura infinitamente enquanto a soberania estiver mantida.

Foucault (2005) chegou nessa proposição filosófica em seus estudos sobre a biopolítica, acusando sua origem nos Estados totalitários europeus da segunda metade do século XX. Entretanto, foi Achille Mbembe (2018), filósofo negro camaronês que, no início desse século, advertiu sobre tal tecnologia de poder ter sido inspirada originalmente pelo projeto colonialista das Américas, muito antes do Nazismo e do Stalinismo, como Foucault (2005) propunha, e que só foi flagrada quando, pela primeira vez, vítimas europeias de cor branca foram exterminadas (MBEMBE, 2018). Eis a importância do impacto histórico e conceitual que só a descolonização dos saberes pode reescrever e que inevitavelmente depende de um emulador epistemológico que venha de outro lugar, de outra origem, de outro ponto de vista: daqueles cuja verdade é encarnada no próprio corpo⁵.

Ibáñez (2016), ao propor a resignificação da cidade colonial e extrativista, desafia os urbanistas (planejadores) latino-americanos a se encorajarem a problematizar aquilo que vêm aceitando e normalizando como espaço e modos de vida nas cidades, os quais acreditaram ser sinônimos de “urbanizar” e “civilizar”, não havendo outra maneira de nos encontrarmos e reencontrarmos para assim desvendar novas articulações e novos horizontes para o continente. Esse deslocamento, por si só, já provoca danos irreversíveis às realidades contingentes, outrora férteis e relegadas à condição de primitivas, arcaicas e inutilizáveis⁶. A questão que merece atenção é: através de que forças, motivações e interesses a cidade se tornou alicerce de um sistema colonial efetivo, enaltecido pela cobiça de uma cultura que condena toda diferença a seu serviço? Deveríamos então destruí-la e recomeçá-la do zero? Além de contraproducente, repetiria a retórica do próprio oponente. Ao pressupor a cidade como um fenômeno histórico que produz subjetividades ao mesmo tempo que destrói outras, conviria vesti-las à lente do conceito de território.

Não há cidade que não se forme por si mesma. Cardoso Filho (2016) nos ajuda a entender a relação intrínseca entre esses elementos a partir do modo que construímos historicamente as noções de externalidade e internalidade, tempo e espaço. Defende ele que a matéria que compõe o que é externo a nós não é inerte ou apenas cenário das relações que nos transformam. Que inclusive nós, seres humanos, somos dobras extensivas dessa matéria capaz de se organizar e se movimentar, “não existindo nem externalidade e nem internalidade absolutas fora dos processos localizados e históricos que as produziram” (CARDOSO FILHO, 2016, p. 249). Ou seja, mesmo que os conglomerados urbanos tenham sido edificados à luz de um pensamento colonial, possuem a faculdade de provocar outros fluxos de relações, outras experiências, outros usos, outros mecanismos de realidade.

Exploramos aqui a simultaneidade entre objeto (dado sensível) e sujeito (aquele que ultrapassa a si mesmo no ato de experimentar) e entre tempo e espaço na concepção de experiência proposta por Deleuze e Guattari (2010). A cidade é instaurada a partir da experiência, ainda que à mercê da colonialidade do poder. E a emergência das narrativas que escapam à hegemonia do discurso colonialista, pode trazer outras verdades sobre o sujeito e sua experiência espaço-temporal na cidade. Cruz (2017) nos chama atenção para a hegemonia da narrativa colonialista fundada no mito da modernidade, como alicerce da supressão da multiplicidade no espaço e da redução da temporalidade em um tempo único.

É a partir dessa recusa ao habitual modo de pensar e fazer que desejamos operar nossos pressupostos metodológicos. Propomos, assim, uma metodologia capaz de advogar pelos corpos e vozes que, para se manterem acesas, mesmo minguantes e cotidianamente ameaçadas, tiveram que dar outros contornos e sentidos ao mundo para nele estarem incluídas. Corpos, vozes e territorialidades que contêm em si outros modos de existir e persistir, de dar sentido ao tempo e ao espaço, aos seres e às coisas, que apelam pela legitimidade de seus valores e inspiram àqueles que se percebem sem saída nesse sistema.

Com a incipiente visibilidade do conhecimento decolonial, fruto da luta, coragem e afirmação de identidades ditas minoritárias, se abre caminho para imaginar e criar novas táticas e estratégias que evidenciam, imobilizam e desprogramam o mecanismo necropolítico da colonialidade estruturante das sociedades modernas que, de tão sutilmente sofisticadas e, supostamente, imperecíveis, capturam e pervertem qualquer enxameamento potente capaz de tornar a cidade um espaço-tempo polifônico disposto a se contagiar com o imprevisível dos encontros. A fragilidade do sistema está justamente naquilo que acredita controlar e, quanto mais se sublevam e se empoderam as margens, quanto mais empenho em reconhecê-las e trazê-las para os campos participativo e deliberativo da cidade, mais afogados em seu próprio vazio ficam aqueles corpos frágeis que, sem nenhum mérito, já nasceram vencedores.

Contudo, essa constante deflagração irreversível da fragilidade do sistema, somada à sua sobrevivência inseparável da imposição e da brutalidade, é o que tende a provocar uma resposta desesperadamente fascista e militarizada para conter as inevitáveis resistências das *margens*. Aqui vale a proposição de Pelbart (2019), inspirada em David Lapoujade, que se encontra na contracapa de sua mais recente obra, "Ensaio do Assombro": "não permanecer na fraqueza de cultivar apenas a força, porém ter a força de estar à altura de sua própria fraqueza".

Entendemos como *margens* os grupos menos reconhecidos nas hierarquias sociais ou considerados mais vulneráveis. Os que constituem, na realidade, a maioria da população que vive na "cidade mercadoria": corpos de diferentes gêneros, sexualidades, raças, culturas, idades. Que, paradoxalmente, são uma maioria numérica empobrecida, à *margem* dos planos e projetos que produzem as cidades brasileiras e que são enquadrados pelos paradigmas do planejamento e desenvolvimento oficiais como receptores ou usuários de programas, sempre em posição de subalternidade.

São corpos desterritorializados, desconstituídos de direitos, invisibilizados e marginalizados pelo Estado que, muito embora sejam tratados pelo modelo de planejamento neoliberal como "massa de sobranes", resistem, se organizam, lutam, são insurgentes e com suas vozes e corpos nos apontam que é urgente repensar e mudar métodos, instrumentos e critérios estruturantes da disciplina urbanística. É preciso dar visibilidade a outras narrativas, cartografar a cidade em posição de denúncia das desigualdades, pensar de forma interseccional, valorizar a diversidade de saberes e vivências dos corpos na cidade e entender a natureza como parte indissociável da nossa existência.

O Margem_Lab investe na construção do saber a partir do contágio e da experiência. Isso significa se colocar em um processo pedagógico sem hierarquias, compartilhando nossas habilidades e recursos intelectuais com sujeitos, comunidades, organizações e movimentos sociais que se encontram com seus direitos à existência, à cidade e à terra ameaçados ou negligenciados pelo Estado. Buscamos, na expressão de suas narrativas, aprender visões outras do existir na cidade que tensionam nossa própria experiência como sujeitos privilegiados. É disso que trata o deslocamento de si, o descaminho que Foucault (1998) defende na atividade filosófica. Quem tem mais respaldo para compreender o que é se deslocar no espaço público senão pessoas em situação de rua⁷ ou catadores de resíduos sólidos? Quem tem mais condições de aprofundar e implantar relações autogestionárias e compartilhadas, senão os moradores-autogestores de uma ocupação? Quem deve ser consultado sobre a tragédia ambiental senão os povos originários que desde tempos remotos protegem a natureza? Quem tem mais propriedade para debater e propor políticas públicas senão os que necessitam dela?

3 Narrativas à margem e o cartografar em ato

Os pressupostos epistemológicos traçados a partir do pensamento decolonial como revisão necessária à construção histórica do conhecimento e da disciplina teórico-prática do urbanismo; da busca pelo comum

como conjunto de heterogeneidades, chave para uma democracia radical e alternativa ao sistema capitalista; finalmente, da narrativa como episteme fundamentada na experiência, nos convoca a pensar a metodologia do Margem_Lab a partir da cartografia como acompanhamento de processos de subjetivação na cidade. A pesquisa cartográfica é aqui entendida na perspectiva de Kastrup e Passos (2013), como modo de acessar o plano do comum e ao mesmo tempo construí-lo. Baseados nas proposições de Deleuze e Guattari, os autores defendem o comum como um plano heterogêneo que “opera a comunicação entre singularidades, sendo pré-individual e coletivo” (KASTRUP, PASSOS, p. 264).

O projeto de pesquisa denominado “Narrativas à margem: a dimensão pública e comum da paisagem na cidade de Porto Alegre/RS” objetiva investigar os argumentos que agenciam a dimensão pública e comum da paisagem urbana e periurbana de Porto Alegre a partir de narrativas constituídas à margem da produção urbana hegemônica da cidade. Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, sediou iniciativas relevantes na disputa pela democratização do direito à cidade e na construção do pensamento de um outro mundo possível através da implantação do Orçamento Participativo – OP, iniciado em 1989 – e da realização de quatro edições do Fórum Social Mundial – FSM (2001; 2002; 2003; 2005). Embora essas iniciativas pioneiras demonstrem sua importância aos olhos do mundo, pouco alteraram o cenário de segregação sócio-espacial e desigualdade crescentes.

Pensar em uma metodologia que ultrapasse a idealização desse período e que reconheça seus equívocos é perceber que não basta apenas o governo consultar a população a partir de reuniões abertas à sociedade, sobre as suas demandas prioritárias e incluí-las na Lei Orçamentária Anual, e que os diagnósticos urbanos sejam participativos como preconiza o Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/2001). Implica, também, que se considere que a urbanização e seu modelo desenvolvimentista carregam uma subjetividade colonializada, que nunca romperá com a segmentação de gênero, raça e classe enquanto as tomadas de decisão e as referências técnicas, culturais, éticas e estéticas venham de uma elite formada majoritariamente de homens brancos construtores de uma burocracia estatal política e técnica embasada no saber científico eurocêntrico.

Nessa pesquisa, procuramos cartografar paisagens urbanas e periurbanas onde o *público* e o *comum* se encontram em conflito no território, nos aproximando a sujeitos, comunidades, organizações locais e movimentos sociais que se encontram no epicentro dos conflitos gerados pelo sistema neoliberal, que atualmente conduz o planejamento urbano em Porto Alegre. Portanto, delimitamos aqui uma postura ético-política que assume a cartografia como pesquisa-intervenção dessa realidade, borrando as fronteiras entre o sujeito pesquisador e os sujeitos participantes da pesquisa.

Essa aproximação entre pesquisador e sujeitos participantes só se faz efetiva se abolida a concepção de que o pesquisador dispõe de vantagem cognitiva e sapiente frente ao sujeito pesquisado, supostamente incapaz de compreender o que lhe oprime e o que está em jogo. Jaques Rancière (2017), em sua obra “O mestre ignorante”, chama a atenção sobre a *ordem explicadora do mundo*⁸, cuja vigência mantém o status quo do mestre como detentor absoluto do saber, e do aprendiz como sujeito incapaz de apreender o mundo pela própria experiência.

Os pesquisadores que compõem o grupo em ação, nessa pesquisa, são aqui entendidos como cartógrafos, “mestres ignorantes” que produzem narrativas com os sujeitos participantes em busca de um processo de emancipação do conhecimento. Entendendo, tal qual nos explica Rancière (2017, p. 36), que “o pensamento não é um atributo da substância pensante, mas um atributo da humanidade”, nos colocamos a serviço da emancipação como tomada de consciência dos sujeitos de sua natureza intelectual.

Os procedimentos metodológicos que estruturam a pesquisa aludem à indissociabilidade entre atividades teóricas e práticas. A intermediação constante entre o cartografar das narrativas à margem e os seminários teóricos internos ao grupo⁹ nos possibilitam intercambiar os conceitos oriundos da bibliografia estudada com os saberes situados na cotidianidade dos sujeitos e comunidades com os quais interagimos na produção de narrativas. A bibliografia abordada nos seminários emerge na medida em que a experiência e o contágio com a diferença provoca estranhamentos, deslocamentos internos e, por conseguinte, novas problematizações. Concomitantemente, a literatura decolonial nos aproxima dos sujeitos e comunidades à margem da produção urbana hegemônica, e favorece a postura ética e vigilante do próprio ethos do pesquisador em campo.

A abordagem e o delineamento do campo se dá através de práticas urbanas dos pesquisadores-cartógrafos, agrupadas em dois eixos: [1] derivas urbanas e periurbanas como práticas de reconhecimento sensível da cidade; [2] desenvolvimento de atividades reflexivas e artísticas com comunidades ou grupos cuja aproximação com os cartógrafos ocorre por meio das redes de luta pelo direito à cidade e ao território em Porto Alegre (sempre com temas relacionados à dimensão pública e comum da paisagem). Em ambos conjuntos de práticas cartográficas, nos apropriamos das ferramentas do diário de campo, da fotografia e do audiovisual, buscando fazer uso das mesmas em conjunto com os sujeitos participantes da pesquisa.

Entendemos que, da mesma forma que as paisagens decorrem dos agenciamentos políticos e culturais de um certo contexto, suas imagens são passíveis de ressignificação em diferentes ferramentas de linguagem a partir da necessidade *benjaminiana* de “escovar a história a contrapelo”¹⁰. Nesse sentido, durante as derivas e intervenções urbanas, buscamos coletivizar as ferramentas e modos de registro da experiência, a fim de que as falas e os gestos dos sujeitos e comunidades envolvidas focalizem o que de fato deve ser visibilizado nos seus processos de luta pelo direito à cidade. A edição dos registros também se constitui como um exercício coletivo entre pesquisadores e participantes, operando o contágio entre o saber técnico/científico e o saber situado na experiência cotidiana. Entendemos que o modo de ver e dizer a cidade destes sujeitos é o que pode deslocar nosso olhar enquanto pesquisadores na direção de uma narratividade urbana agenciada pela multiplicidade e pela diferença¹¹.

A cartografia das narrativas à margem produzida ao longo da pesquisa compõe um *acervo narrativo*, cuja ideia central é, por um lado, operar montagens (BENJAMIN, 2006; DIDI-HUBERMAN, 2007) por aproximações *indiciais* (BARTHES, 2011) e *cronotópicas* (BAKHTIN, 1989); por outro, provocar a apropriação do material produzido pelos sujeitos participantes, a fim de que possam dispor deles para suas próprias mídias e atividades. Esse acervo dá lugar a uma etapa analítica das discursividades produzidas nas e sobre as margens da cidade: em uma espécie de arqueologia do contemporâneo, os cartógrafos mergulham no corpus narrativo em atividade interpretativa, a fim de explorar os índices explicados por Barthes, Greimas, Bremond, Eco, Gritt, Morin, Metz, Todorov e Genette (2011) como sanções paradigmáticas ou atravessamentos implícitos que dão sentido ao relato. Esse conhecimento indicial é intermediado com as relações espaço-temporais do *cronotopo* proposto por Bakhtin (1989) como suportes compositivos do espaço onde é possível vislumbrar os vestígios do tempo.

Denominamos acervo narrativo um tipo de arquivo incompleto e inacabado no qual figuram as narrativas produzidas nas práticas cartográficas. Operá-lo através do procedimento da montagem (BENJAMIN, 2006; DIDI HUBERMAN, 2007), utilizando os registros das experiências urbanas, é o que nos permite abrir a configuração narrativa de Ricoeur (1994) para entender como o emaranhado de discursividades das margens da cidade rasura a cidade como discurso único e universalizado. Nossa perspectiva metodológica é que os atravessamentos *indiciais* e *cronotópicos* ofereçam argumentos sobre a paisagem urbana que desloquem o sentido de *público* na direção de um *comum*. Nos parece pertinente que esse acervo, aberto a novos conceitos e experiências, em suporte material e virtual, seja discutido e construído com sujeitos e comunidades envolvidas. Suas vozes e olhares nos encadeamentos dessa narrativa múltipla e fragmentária contribuem para o processo emancipatório do conhecimento para o qual conspiram os pesquisadores-cartógrafos.

A cartografia das narrativas à margem, sua montagem e releitura argumentativa sobre o que constitui o público e o comum na paisagem urbana da cidade são consonantes à espiral da mimese de Ricoeur (1994): as práticas cartográficas da deriva e intervenção urbanas conformam a *prefiguração*, na qual as discursividades emergem do viver para se tornarem experiência narrada; a atividade de montagem proposta com o acervo narrativo opera a *configuração*, na qual a inteligibilidade e intertextualidade entre as narrativas conformam a tessitura da intriga onde esperamos entrever as singularidades que compõe o plano heterogêneo do comum; e, finalmente, a *refiguração* como leitura da trama de argumentos que podem agenciar uma realidade que escapa à normatividade hegemônica geradora das paisagens da espetacularização.

A pesquisa alcança de fato seus objetivos na medida em que as narrativas coproduzidas entre cartógrafos e sujeitos participantes ampliam os argumentos que deslocam o sentido de público para além da dicotomização público-privada, e afirmam o comum como racionalidade combativa ao sistema capitalista que rege as nossas cidades. Essa coprodução se dá, portanto, na partilha da experiência sensível da cidade entre os envolvidos durante as derivas e intervenções urbanas, no compartilhamento das ferramentas e modos de registro dessas experiências e, finalmente, na construção processual e conjunta do acervo narrativo operado por montagens¹². Os argumentos que resultam dessas montagens buscam organizar uma contra-narrativa que coloque potência nas vozes historicamente subalternizadas e crie as fissuras no urbanismo colonialista, desigual e segregador por natureza.

4 Considerações finais

Pesquisar o urbano a partir de uma lógica narrativa e decolonial permite que o emaranhado de histórias cotidianas, narradas a partir de condições de vulnerabilidade e precariedade, configure a cidade a partir de outros pressupostos. Isso se verifica, por exemplo, no momento em que se amplia o direito à fala desses sujeitos, e são criadas plataformas de escuta nas quais outros sujeitos em condições parecidas são capazes de se reconhecer. A luta pelo direito à cidade passa também por ativar modos de pesquisar que ampliem os lugares de fala e de escuta com procedimentos que rapidamente possam ser apreendidos sem necessidade de mediação. A atualização dos métodos de pesquisa, em uma perspectiva crítica, significa assumir, enquanto

pesquisadores, uma postura ético-política que acolhe a complexidade contemporânea do urbano em modos de pensar e fazer, orientados à autonomia e à emancipação do conhecimento.

Entendemos que um corpo político performa a cidade na medida em que tem condições de formar parte do espaço-tempo da mesma, produzindo um acontecimento capaz de criar fissuras na ordem explicadora das coisas. O entrever dos argumentos que estruturam contra-narrativas capazes de fazer frente ao discurso dominante do capital deve colaborar nesse performar; trazer a discussão da interseccionalidade, seus efeitos na constituição da cidade desigual e desestabilizar as *paisagens para a renda* a fim de abrir espaço às *paisagens para a vida* (ROLNIK, 2019).

É preciso reconhecer, no âmbito acadêmico dos estudos urbanos, a importância da construção do conhecimento através da experiência, da narrativa, da performatividade, da expressão artística, das corporeidades múltiplas e dos testemunhos. Da mesma forma, reconhecer a importância do contágio entre o saber técnico/científico e o saber situado na experiência cotidiana. Somente aí conseguiremos, de fato, fissurar o colonialismo do urbano, dessacralizar o pensamento pré-concebido do outro lado do oceano e deixar de dar as costas às margens e a toda a sua história de resistência, luta e construção das cidades. Para além das produções escritas, imagéticas e audiovisuais, o que aspira nosso exercício também é viabilizar, compartilhar e construir com sujeitos, comunidades, organizações e movimentos sociais informações e ferramentas para a emancipação (RANCIÈRE, 2017).

Buscamos legitimar a potência da narrativa enquanto epistemologia capaz de compreender processos contemporâneos de subjetivação que influenciam e são influenciados pelo território em disputa. A cartografia das margens deve agenciar o corpo político (do sujeito participante e do pesquisador) para o exercício autônomo da cidadania e dos direitos humanos, para a incidência na realidade urbana de outros modos de ser e para uma mobilização que contraponha o monopólio e a monocultura das intervenções nas esferas políticas de planejamento, administração e gestão da cidade. Importa abrir caminho às práticas urbanas que recuperam o comum (DARDOT, LAVAL, 2017) como racionalidade alternativa ao capitalismo e como composição complexa das diferenças. Não apenas por ser legítimo, mas também por convocar alternativas redentoras e de resistência à barbárie civilizatória ocidental.

Referências

- BAKHTIN, M. **Questões de literatura e de estética**: a teoria do romance. São Paulo: Ed. da UNESP, 1989.
- BARTHES, R.; GREIMAS, A.; BREMOND, C.; ECO, U.; GRITTI, J.; MORIN, V.; METZ, C.; TODOROV, T.; GENETTE, G. **Análise estrutural da narrativa**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- BENJAMIN, W. **Passagens**. Tradução de Irene Aron. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2006.
- BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. **Estatuto da Cidade**.
- CARDOSO FILHO, C. A. A subjetividade, o Fora e a cidade: repensando o sujeito, o espaço e a materialidade. **Fractal: Revista de Psicologia**, Rio de Janeiro, vol. 28, n. 2, maio-ago 2016.
- CIAM. Congresso Internacional de Arquitetura Moderna. **Carta de Atenas**. Segunda Parte. Estado Atual Crítico das Cidades. Atenas, 1933. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>. Acesso em: 03 mar. 2020.
- CRUZ, V. C. Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. In: CRUZ, V. C.; OLIVEIRA, D. **Geografia e giro descolonial**: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017. v. 1, p. 15-36.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **Comum**: ensaio sobre a revolução do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.
- DELEUZE, G; GUATTARI, F. Percepto, afecto e conceito. In: DELEUZE, G; GUATTARI, F. **O que é a filosofia?** São Paulo: Editora 34, 2010. p.193-235.
- DIDI-HUBERMAN, G. **Un conocimiento por el montaje**. Entrevista a Pedro G. Romero, 2007. Disponível em: <https://arquivodeemergencia.wordpress.com/anotacoes/conocimientomontajedidihubermann/>. Acesso em: 03 mar. 2020.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade 2**: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

IBÁÑEZ, M. Resignificando a cidade colonial e extrativista: bem viver a partir de contextos urbanos. In: DILGER, G.; LANG, M; PEREIRA FILHO, J. **Descolonizar o imaginário**: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. p. 296-333.

JAMESON, F. **As sementes do tempo**. São Paulo: Ática, 1997.

KASTRUP, V.; PASSOS, E. Cartografar é traçar um plano comum. **Fractal: Revista de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, maio-ago 2013. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1984-02922013000200004>. Acesso em: 03 mar. 2020.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MIZOGUCHI, D. H. Experiência e narrativa: artefatos políticos de pesquisa. **Revista Ecos: estudos contemporâneos da subjetividade**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, 2015. Disponível em: <http://www.periodicoshumanas.uff.br/ecos/article/view/1352/1206>. Acesso em: 03 mar 2020.

PELBART, P. Biopolítica, necropolítica, subjetividade. In: PELBART, P. **Ensaio do assombro**. São Paulo: n-1 edições, 2019. p. 149-207.

RANCIÈRE, J. **O mestre ignorante** – Cinco lições sobre a emancipação intelectual. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

RICOEUR, P. **Tempo e Narrativa**. Tomo 1. Campinas: Papyrus, 1994.

ROLNIK, R. **O que é Cidade**. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

ROLNIK, R. Paisagens para a renda, paisagens para a vida. **Revista Indisciplinar**, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 18-45, jul-out 2019.

SOUZA SANTOS, B. **A Gramática do tempo**: para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

ZIZEK, S. **Problema do paraíso**: do fim da história ao fim do capitalismo. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

1 A ideia de que parece não haver saída para esse sistema, ou, como dizem Jameson (1997) e Zizek (2015) de que é mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo, revela como a globalização distorce o senso de historicidade da sociedade. Não é à toa que as distopias e ficções, que falam mais do nosso presente do que o futuro em si, apontam para o apocalipse como dado irreparável do futuro. Jameson acredita que isso é um senso de história reprimido.

2 Sem ignorar a complexidade desse modelo e suas contingências históricas, o que queremos demarcar é sua pretensão de fazer-se exclusivo nos estatutos de verdade.

3 Conceito de Boaventura de Souza Santos que acusa a narrativa eurocêntrica responsável por compreender a história como tendo direção e sentido únicos, comprimindo em uma mesma trama a totalidade do espaço, do tempo, das culturas, dos povos e dos territórios. Retirado da obra: CRUZ, V. **Geografia e pensamento descolonial**: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. In: CRUZ, V.; OLIVEIRA, D. (Orgs.). Geografia e giro descolonial. Experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

4 Alusão ao conto de Jorge Luis Borges "Os dois reis e os dois labirintos", da obra BORGES, Jorge Luis. **O Aleph**. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

5 Valter do Carmo Cruz também adiantou-se: "Esse processo de constituição da colonialidade do poder, do saber, do ser e da natureza tem na conquista ibérica do continente americano seu momento inaugural. A partir do domínio ibérico, dois processos articuladamente conformam a nossa história posterior: a modernidade e a organização colonial do mundo. Com o início do colonialismo na América, origina-se não apenas a organização colonial do mundo, mas, simultaneamente, a constituição colonial dos saberes, das linguagens, da memória e do imaginário (LANDER, 2005). Desse modo, inaugura-se, por um lado, o projeto civilizatório da modernidade, que busca afirmar e celebrar a experiência histórica particular da Europa como sendo algo universal e superior, através de elementos como o racionalismo, o humanismo, a ciência, a ideia de

progresso, o Estado, etc. Mas, por outro lado, nesse processo, negaram-se e subalternizaram-se outras matrizes de racionalidades, outras formas de razão, outros projetos civilizatórios, outras cosmologias, com outros saberes, linguagens, memórias e imaginários” (CRUZ, 2017, p. 19).LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

6 “Nessa perspectiva, aqueles que não conseguem incorporar-se a esta marcha inexorável da história estão destinados a desaparecer. As outras formas de ser, as outras formas de organização das sociedades, as outras formas de conhecimento são transformadas não só em diferentes, mas em carentes, arcaicas, primitivas, tradicionais, pré-modernas e, como afirma Lander, são situadas num momento anterior do desenvolvimento histórico da humanidade, o que, no imaginário do progresso, enfatiza sua inferioridade” (CRUZ, 2017, p. 21).

7 A opção pela denominação de pessoas em situação de rua aos moradores de rua foi uma escolha conceitual. De acordo com Patrice Schuch e Ivaldo Gehlen, “A ruptura entre a terminologia ‘morador de rua’ e ‘pessoas em situação de rua’ e/ou ‘população em situação de rua’ foi, portanto, significativa de toda uma mobilização política que visou, de um lado, atentar para a situacionalidade da experiência nas ruas e, de outro, combater processos de estigmatização dessa população, definindo-os a partir de uma concepção do habitar a rua como uma forma de vida possível, e não através de uma falta ou uma carência – de casa ou local de moradia fixa (Magni, 1994, 2006; Schuch, 2007; Schuch et al., 2008). SCHUCH, P.; GEHLEN, I. A “situação de rua” para além de determinismos: explorações conceituais. In.: DORNELES, A. E.; OBST, J.; SILVA, M. B. **A Rua em Movimento: debates acerca da população adulta em situação de rua na cidade de Porto Alegre**. 1 ed. Didática Editora do Brasil, Belo Horizonte, 2012. Disponível em: http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/fasc/usu_doc/a_ rua_em_movimento.pdf. Acesso em: 03 mar. 2020.

8 “A explicação não é necessária para socorrer uma incapacidade de compreender. É, ao contrário, essa incapacidade, a ficção estruturante da concepção explicadora do mundo. É o explicador que tem necessidade do incapaz, e não o contrário, é ele que constitui o incapaz como tal. Explicar uma coisa a alguém é, antes de mais nada, demonstrar-lhe que não pode compreendê-la por si só. Antes de ser o ato do pedagogo, a explicação é o mito da pedagogia, a parábola de um mundo dividido em espíritos sábios e espíritos ignorantes, espíritos maduros e imaturos, capazes e incapazes, inteligentes e bobos. O procedimento próprio do explicador consiste nesse gesto inaugural: por um lado ele decreta o começo absoluto – somente agora tem início o ato de aprender; por outro lado ele cobre todas as coisas com o véu da ignorância que ele próprio se encarrega de retirar.”(Rancière, 2017, p. 23 e 24).

9 Os seminários acontecem duas vezes ao ano com uma dinâmica de leitura e discussão em grupos pequenos, e posteriormente uma escrita coletiva entre todos os grupos (composta de imagens e fragmentos textuais) operando os cruzamentos conceituais relacionados ao tema da pesquisa em curso. Elencamos obras de autores contemporâneos que propõem rupturas epistemológicas e metodológicas com a tradição do pensamento sobre o sujeito, a história e a cidade.

10 A Tese VII, das Teses Sobre o Conceito de História (BENJAMIN, 1981), trata de apontar críticas ao historicismo, nas quais são abordados os problemas culturais. “O momento destruidor: demolição da história universal, eliminação do elemento épico, nenhuma identificação com o vencedor. A história deve ser escovada a contrapelo” (BENJAMIN, 1981, p. 1240).

11 Um exemplo de intervenção urbana realizada a partir da apropriação coletiva das ferramentas fotográficas e audiovisuais foi intitulada “Mo[nu]mento e cidade”, produzida durante o XXI Congresso Brasileiro de Arquitetos em 2019, em Porto Alegre. A intervenção de arquitetura efêmera e cinema expandido, idealizada pelos arquitetos Livia Koeche e Pedro Leggerini foi realizada em conjunto com lideranças do Coletivo Baronesa Resiste, Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN) e pesquisadores do Margem_Laboratório de Narrativas Urbanas. Consistiu em um grande cubo branco edificado com andaimes de obra e tela semitransparente que envolveu a estátua equestre erguida em homenagem a Manuel Luís Osório, patrono da Cavalaria do Exército Brasileiro e herói da Guerra do Paraguai. O monumento de bronze está assentado no topo de uma grande base de granito cercada por um espelho d’água na porção central da antiga Praça da Alfândega, no centro de Porto Alegre. Nesse cubo branco que envolveu o busto do herói de guerra, foram projetadas cenas e áudios de remoções forçadas ocorridas na cidade nos últimos meses. A produção de muitos dos registros utilizados na projeção, a escolha e a edição das imagens, vozes e palavras que compôs a narrativa múltipla exposta em praça pública, foi fruto de um trabalho coletivo entre pesquisadores e movimentos sociais envolvidos. O rompimento do regime de autorização discursiva operado pela visibilização das vozes silenciadas faz referência a uma história a contrapelo, onde o “monumento aos vencidos” se instaura a partir de voz e movimento sobre o “monumento ao vencedor”.

12 Outro exemplo de deslocamento metodológico operado pelo Margem_Lab é o podcast “Cartas das Periferias”, desenvolvido em conjunto com outros grupos de pesquisa e extensão da UFRGS e militantes da

luta pela moradia. O projeto se constitui como ferramenta para visibilizar as narrativas do cotidiano dos territórios periféricos, atravessados pelo impacto da crise generalizada do vírus Covid-19, que, devido aos sintomas da desigualdade urbana aqui explicitados, são ignorados pela gestão pública. Essa ação pretende ser um espaço de mobilização coletiva entre as comunidades, oferecendo recursos para uma política de emancipação, solidariedade e escuta de suas realidades e reivindicações.